

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: Polonoroeste

Data: 22/03/87

Pg.: 32

Ecologista quer impedir que EUA "financiem desastre"

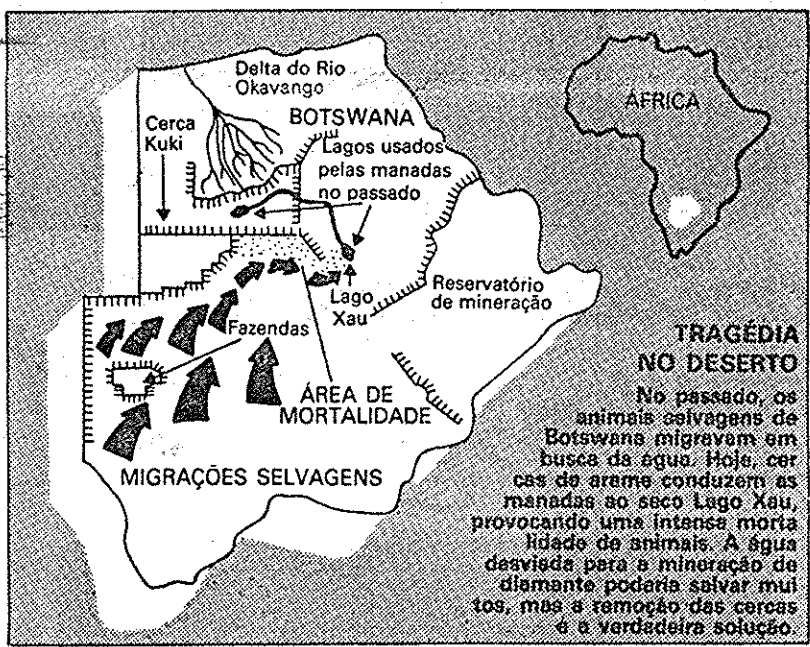


A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA
As florestas tropicais brasileiras e as populações indígenas remanescentes estão ameaçadas pela expansão das estradas e projetos de desenvolvimento em larga escala — grandes represas para geração hidroelétrica, mineração, pecuária e agricultura de capitalização intensiva.

Rondônia: reforma agrária fracassada e devastação

QUANDO foi lançado, em 1982, o governo brasileiro anunciava o projeto Polonoroeste como "a maior reforma agrária já empreendida". O Banco Mundial emprestou cerca de 500 milhões de dólares para o projeto. A maior parte foi usada na pavimentação da rodovia BR-364, a Cuiabá-Porto Velho. Através dela, só em 1985, chegaram a Rondônia mais de 200 mil imigrantes, dos quais um quinto — se tanto — recebeu lotes de terra do INCRA. Num solo tropical inapropriado a técnicas agrícolas importadas do sul temperado, os colonos derubam a floresta, abrem clareiras na selva, plantam durante um ou dois anos e assistem ao fracasso das colheitas. A terra vendida a intermediários e especuladores acaba nas mãos dos fazendeiros de gado, e os lavradores, quando não viram peões por um salário de subsistência, se deslocam para ou-

tras florestas, ou terra indígena, para recomençar o ciclo. Em algumas das áreas de colonização mais recentes, 80% dos imigrantes venderam suas terras depois de quatro anos, estendendo o ciclo de devastação para regiões que, até 1970, conservaram florestas tropicais virgens. No ritmo atual, o estado todo poderá estar deflorestado no final da próxima década. É como se uma Inglaterra inteira fosse devastada num prazo de 30 anos. A BR-364 avança, agora, de Porto Velho para Rio Branco, no Acre. O Banco Mundial, antes de financiar o projeto, conhecia relatórios que advertiam que os solos de Rondônia não suportariam o desenvolvimento agrícola projetado, e que a FUNAI, a agência responsável pela proteção dos índios, não tinha condições de realizar a tarefa. Mesmo assim, o financiamento foi aprovado.



TRAGÉDIA NO DESERTO
No passado, os animais selvagens de Botswana migravam em busca de água. Hoje, cercas de arame conduzem as manadas ao seco Lago Xau, provocando uma intensa mortalidade dos animais. A água desviada para a mineração de diamante poderia salvar muitos, mas a remoção das cercas é a verdadeira solução.

Botswana: pastagens em expansão matam a fauna

O Banco Mundial investiu 18 milhões de dólares em Botswana para aumentar em 50% a criação de gado para exportação de carne, num país onde a desertificação causada pela expansão das pastagens cobra um pesado tributo à população. A construção de milhares de quilômetros de cercas de arame, obstruindo e alterando rotas e padrões de migração da fauna selvagem está provocando a morte de manadas inteiras de antílopes, gnus, zebras, etc na zona central do deserto de Calahari, transformado em área de alta mortalidade animal. As cercas impedem o acesso dos animais às fontes d'água tradicionais, quando não provocam a morte direta de muitos em choques contra o arame.

Os projetos de expansão pecuária atingem o delta do rio Okavango, um dos últimos santuários da vida selvagem no sul da África. Os planos do Banco Mundial previam a modernização das técnicas pecuárias e de conservação de pastagens nas secas e frágeis savanas. Mas com o crescimento dos rebanhos para corte, as pastagens invadiram não só territórios indígenas como substituíram projetos agrícolas nas fazendas. A exportação da carne beneficia uma fração da população de Botswana, empresários ligados à África do Sul. O dano ambiental provocado pela expansão das pastagens prejudica a todos. Projetos pecuários como os financiados pelo Banco Mundial contribuíram para que 65% da população da Botswana dependa, hoje, de ajuda internacional para comer.

Ricardo Arnt

Jovens com mestrado recém-concluído em áreas de impacto ambiental estão com boas perspectivas de emprego. As grandes estatais brasileiras, como a Vale do Rio Doce e a Eletrobrás, estão precisando de técnicos em ecologia. Elas vão ter de ajustar contas com o meio ambiente. De agora em diante — e cada vez mais no futuro — os bancos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, só darão financiamento para projetos de desenvolvimento se eles forem acompanhados de políticas sensíveis ao impacto social e ambiental.

Transformada em lei nos EUA, a exigência é fruto da pressão sistemática dos grupos ecologistas americanos sobre o Congresso, em Washington, desde 1983. O antropólogo Stephan Schwartzman, 34, e a advogada Barbara Bramble, 40, representantes, respectivamente, do Environmental Defense Fund e do National Wildlife Foundation, estiveram no Brasil, na semana passada, coletando dados e visitando áreas sob o impacto de grandes projetos financiados pelos bancos multilaterais. Segundo eles, o Congresso dos EUA está cada vez menos disposto a permitir que impostos por americanos sejam usados para "financiar desastres".

Schwartzman e Bramble vieram estreitar contatos com entidades brasileiras, conscientes de que se movem sobre um limite tênue: "Ambientalistas americanos não têm que intervir na política interna brasileira. Entretanto, como cidadãos americanos, somos também responsáveis pela forma como são aplicados os recursos americanos nos bancos multilaterais. Gostaríamos que esses financiamentos fossem usados para a promoção de um desenvolvimento auto-sustentável e socialmente justo", diz Schwartzman.

O Brasil, depois da Índia, é o segundo maior tomador de empréstimos do Banco Mundial no mundo. O banco financiou a parte principal do projeto Polonoroeste, o asfaltamento da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, artéria da colonização de Rondônia. Empréstou milhões de dólares para a implantação do Projeto Carajás, com a construção da estrada de ferro Carajás-São Luís, o porto da capital do Maranhão, e a exploração da mina de ferro de Carajás, sob os cuidados da Vale do Rio Doce. Sustentou a implantação de 12 projetos de irrigação e desenvolvimento agrícola no Nordeste. Financia projetos de desenvolvimento industrial em Santa Catarina, projetos agrícolas na Amazônia, construção de estradas de rodagem e estradas de ferro. Liberou, recentemente, 500 milhões de dólares para o pro-

de como são gastos bilhões de dólares arrecadados em impostos.

O caso do Polonoroeste, em Rondônia, é um clássico. O governo brasileiro, a Seplan (Secretaria de Planejamento da Presidência da República) e o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas do Ministério do Planejamento) admitem que os efeitos ambientais do projeto foram negligenciados.

— Ao invés de beneficiar os colonos pobres levados para Rondônia pela migração, a comunidade local e as populações indígenas — diz Stephan Schwartzman — o Polonoroeste está enriquecendo fazendeiros de gado e especuladores de terra. Os efeitos ambientais são devastadores. Rondônia tem a maior taxa de desmatamento da Amazônia, 4% em 1982, 11% em 1985 e, atualmente, dobrando a cada dois anos. A análise dos dados obtidos pelos satélites da NASA indicam que, se o desmatamento continuar nessa marcha, em meados da década de 90 Rondônia inteira será pastagens e terra estéril. O BID, agora, financia o asfaltamento da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco. Se não forem tomadas medidas de proteção às comunidades locais, como seringueiros e índios, um modo de vida orgânico, ajustado à realidade local, desaparecerá em benefício da especulação financeira.

Depois de dois anos de pressão nos Estados Unidos, o Banco Mundial suspendeu a liberação de finan-

"O Polonoroeste enriquece fazendeiros de gado e especuladores de terra"

ciamentos para o Polonoroeste exigindo políticas de proteção ao ambiente e aos direitos das populações indígenas. Em janeiro de 1985, o BID cortou 14,5 milhões de dólares do financiamento para a pavimentação da estrada Porto Velho-Rio Branco. Só depois que o governo brasileiro concordou em elaborar um Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas — PMACI — e criar a reserva indígena dos índios Uru-Eu-Au-Au, é que o projeto retomou um curso de financiamento normal.

A reserva, de 1,8 milhão de hectares, foi demarcada em 1986, mas a demora na elaboração do PMACI está inquietando os ecologistas. Entidades indigenistas e o Conselho Nacional de Seringueiros suspeitam que o plano seja um compromisso vazio, fachada. Segundo Schwartzman, conforme os compromissos do governo brasileiro com o BID, 16 reservas indígenas deveriam estar demarcadas em 1986, mas nenhuma o foi.

Também é inquietante o estado atual do acordo de cooperação, patrocinado pelo Banco Mundial, entre a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Vale do Rio Doce e a FUNAI, sobre o projeto de mineração em Carajás. A ABA indicou consultores para acompanhar o projeto e zelar pelos interesses dos 11 mil índios da região. No momento, o Banco Mundial estuda o estabelecimento de um mecanismo formal para uma intervenção efetiva dos consultores no planejamento. Suspeita-se que a presença dos antropólogos seja decorativa.

A antropóloga paulista Iara Ferraz, consultora da ABA junto à Vale do Rio Doce, de 1982 a 1986, para os índios Gavião e Suruí do sul do Pará, é cáustica: "A coordenação do Meio Ambiente da Vale do Rio Doce não existe. Não tem peso nem política. É pura retórica. Só existe para receber visitantes estrangeiros e figurar na propaganda da empresa. Está lá para recolher dividendos políticos e garantir a aprovação dos financiamentos multilaterais. A Vale quer os antropólogos longe. O planejamento de gabinete, autoritário e fechado, permanece".

"O planejamento de gabinete, autoritário e fechado, permanece"

grama de recuperação setorial energético brasileiro e está avaliando, agora, um segundo empréstimo para o setor, no valor de 250 milhões de dólares. Foi também o principal financiador do plano de recuperação ambiental de Cubatão, cujo sucesso, segundo Barbara Bramble, é "uma demonstração eloquente de que muita coisa positiva pode ser efetivamente feita no Brasil na área ambiental".

Mas, na maioria dos casos, os grandes projetos são planejados em gabinetes fechados. A população afetada por eles — tribos indígenas e comunidades forçadas a abandonar suas terras por grandes hidroelétricas, pólos de colonização ou estradas — não tem voz na sua concepção, e até os supostos beneficiários raramente participam desse planejamento. Por sua vez, os contribuintes dos países emprestadores, onde o financiamento se origina, não têm idéia